



Bradesco
Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 291,3 milhões, correspondendo a R\$ 12.437,32 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3,1 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 9,56% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 27 de fevereiro e 15 de dezembro de 2015 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 26,7 milhões, pagos em 4 de março de 2015 e R\$ 150,0 milhões pagos em 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de Ativos somava R\$ 97,7 bilhões, destacando-se R\$ 56,3 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 3,0 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 91,0 bilhões de Debêntures e R\$ 0,8 bilhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,6 bilhões. A Instituição possuía 448.396.214 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 8,9 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	2015		2014		PASSIVO	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
CIRCULANTE	91.361.903	82.221.713	2.378	4.874	CIRCULANTE	7.574.669	1.128.300	-	-
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	2.378	4.874	-	-	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11a).....	6.733.180	-	-	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	56.228.344	55.222.801	-	-	Recursos de Debêntures.....	6.733.180	-	-	-
Aplicações no Mercado Aberto.....	26.443.116	31.578.957	-	-	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a).....	-	-	38.876	65.688
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	29.785.228	23.643.844	-	-	FINAME.....	-	-	38.876	65.688
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6).....	34.974.107	26.817.834	-	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES Sociais e Estatutárias.....	802.613	1.062.612	-	-
Carteira Própria.....	34.926.998	26.760.319	-	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a).....	-	-	23.150	116.863
Vinculados à Prestação de Garantias.....	47.109	57.515	-	-	Diversas (Nota 14b).....	779.463	920.249	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7).....	(12.459)	(71.431)	-	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	87.015.584	85.805.987	-	-
Operações de Arrendamentos a Receber:					RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11a).....	84.309.254	82.840.407	-	-
- Setor Privado.....	1.414.377	1.870.326	-	-	Recursos de Debêntures.....	84.309.254	82.840.407	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(1.316.211)	(1.798.520)	-	-	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a).....	40.243	78.557	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(110.625)	(143.237)	-	-	FINAME.....	40.243	78.557	-	-
OUTROS CRÉDITOS.....	127.303	207.951	-	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES Sociais e Estatutárias.....	2.666.087	2.887.023	-	-
Rendas a Receber.....	38	42	-	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a).....	722.879	805.926	-	-
Diversos (Nota 8).....	127.265	207.950	-	-	Diversas (Nota 14b).....	1.943.208	2.081.097	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.....	-	(41)	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15).....	3.097.832	2.983.225	-	-
OUTROS VALORES E BENS.....	42.230	39.684	-	-	Capital:				
Outros Valores e Bens.....	104.532	96.032	-	-	- De Domiciliados no País.....	2.290.000	2.290.000	-	-
Provisões para Desvalorizações.....	(62.302)	(56.348)	-	-	Reservas de Lucros.....	807.832	693.225	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	814.659	655.515	-	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	814.659	655.515	-	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	44.681	806	-	-	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a).....	44.681	806	-	-
Aplicações no Mercado Aberto.....	43.767	-	-	-	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	914	806	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	914	806	-	-	OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7).....	(68.713)	(90.381)	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7).....	(68.713)	(90.381)	-	-	Operações de Arrendamentos a Receber:				
Operações de Arrendamentos a Receber:					- Setor Privado.....	1.444.822	2.158.112	-	-
- Setor Privado.....	1.444.822	2.158.112	-	-	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(1.444.627)	(2.157.939)	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(1.444.627)	(2.157.939)	-	-	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(68.908)	(90.554)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....	(68.908)	(90.554)	-	-	OUTROS CRÉDITOS.....	838.272	744.479	-	-
OUTROS CRÉDITOS.....	838.272	744.479	-	-	Diversos (Nota 8).....	838.272	744.479	-	-
Diversos (Nota 8).....	838.272	744.479	-	-	OUTROS VALORES E BENS.....	419	611	-	-
OUTROS VALORES E BENS.....	419	611	-	-	Despesas Antecipadas.....	419	611	-	-
Despesas Antecipadas.....	419	611	-	-	PERMANENTE	5.511.523	7.040.284	-	-
PERMANENTE	5.511.523	7.040.284	-	-	INVESTIMENTOS (Nota 9).....	54.365	50.451	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	54.365	50.451	-	-	Participações em Coligadas:				
Participações em Coligadas:					- No País.....	47.550	43.636	-	-
- No País.....	47.550	43.636	-	-	Outros Investimentos.....	26.394	26.394	-	-
Outros Investimentos.....	26.394	26.394	-	-	Provisões para Perdas.....	(19.579)	(19.579)	-	-
Provisões para Perdas.....	(19.579)	(19.579)	-	-	IMOBILIZADO DE USO (Nota 10).....	2.962	3.823	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10).....	2.962	3.823	-	-	Imóveis de Uso.....	25.056	25.056	-	-
Imóveis de Uso.....	25.056	25.056	-	-	Outras Imobilizações de Uso.....	155	155	-	-
Outras Imobilizações de Uso.....	155	155	-	-	Depreciações Acumuladas.....	(22.249)	(21.388)	-	-
Depreciações Acumuladas.....	(22.249)	(21.388)	-	-	IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7).....	5.454.196	6.986.010	-	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7).....	5.454.196	6.986.010	-	-	Bens Arrendados.....	8.351.674	10.546.184	-	-
Bens Arrendados.....	8.351.674	10.546.184	-	-	Depreciações Acumuladas.....	(2.897.478)	(3.560.174)	-	-
Depreciações Acumuladas.....	(2.897.478)	(3.560.174)	-	-	TOTAL	97.688.085	89.917.512	TOTAL	97.688.085

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2015		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.448.430	12.085.256	10.870.625	95.357
Operações de Crédito (Nota 7g).....	48.987	82.692	95.357	95.357
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h).....	1.084.935	2.291.192	2.904.445	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c).....	5.314.508	9.711.372	7.870.823	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.202.608)	(11.612.409)	(10.184.394)	(7.937.993)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c).....	(5.346.542)	(9.787.329)	(7.937.993)	(6.038)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b).....	(1.329)	(3.213)	(6.038)	-
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h).....	(879.366)	(1.859.416)	(2.372.727)	-
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g).....	24.629	37.549	132.364	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	245.822	472.847	686.231	(96.223)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(35.879)	(103.203)	(96.223)	(46.830)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16).....	(32.166)	(57.759)	(46.830)	(38.704)
Despesas Tributárias (Nota 17).....	(17.022)	(40.379)	(38.704)	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a).....	2.129	3.951	3.951	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 18).....	19.627	190.190	61.942	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 19).....	(138.447)	(199.206)	(75.788)	-
RESULTADO OPERACIONAL	209.943	369.644	590.008	(14.096)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(22.914)	(41.886)	(41.096)	548.912
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	187.029	327.758	548.912	548.912
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	19.365	(36.451)	(149.355)	399.557
LUCRO LÍQUIDO	206.394	291.307	399.557	399.557
Número de ações (Nota 15a).....	23.422	23.422	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$.....	8.811,97	12.437,32	17.059,05	17.059,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2015		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	187.029	327.758	548.912	548.912
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	718.062	1.664.182	2.219.593	2.219.593
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(24.629)	(37.549)	(132.364)	-
Depreciações e Amortizações.....	671.907	1.456.928	1.936.470	-
Provisões/(Reversões) Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	(98.626)	(86.113)	22.442	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(2.129)	(3.951)	(3.157)	-
Insuficiência de Depreciação.....	149.189	298.485	359.747	-
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio.....	22.350	36.382	36.455	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	905.091	1.991.940	2.768.505	2.768.505
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(6.202.659)	6.030.664	(4.673.546)	-
Financiamentos Derivativos.....	(5.516.032)	(8.156.273)	(10.614.653)	-
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....	(45.641)	(43.131)	9.253	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(48.074)	(48.135)	(119.874)	-
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento.....	(38.287)	(222.739)	(940.282)	-
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(28.797)	(65.127)	(58.262)	-
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(85.137)	(238.819)	(310.045)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(103.431)	(197.156)	(193.278)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(11.162.967)	(948.776)	(14.132.182)	14.132.182
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	-	-	27	-
Dividendos Recebidos.....	-	30	21	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	-	30	48	48
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures.....	13.290.874	8.202.027	8.921.073	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(153.000)	(175.695)	(2.106.450)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	13.137.874	8.026.332	6.814.623	6.814.623
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.974.907	7.077.586	(7.317.511)	7.077.586
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	13.829.728	8.727.049	16.044.560	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	15.804.635	15.804.635	8.727.049	-
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.974.907	7.077.586	(7.317.511)	7.077.586

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados		Totais
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Saldos em 30.6.2015	2.290.000	323.760	517.678	-					



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - são aqueles com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente, baseia-se em cotações de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Créditos por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumários nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação de risco de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em virtude da alteração da alíquota, a Bradesco Leasing constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

b) Classificação por categoria e prazos

	2015			2014				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Marcação a mercado
Títulos (1)								
Títulos para negociação (3)	30.347.278	330.614	244.394	4.051.821	34.974.107	-	-	26.817.834
Letras financeiras do tesouro	220.591	325.767	231.588	3.902.482	4.680.428	21.588	-	2.487.095
Debêntures.....	-	4.847	-	149.339	154.186	-	-	165.386
Letras do tesouro nacional	18.933.706	-	12.806	-	18.946.512	-	-	1.656.118
Notas do tesouro nacional.....	11.192.991	-	-	-	11.192.991	-	-	22.509.235
Total em 2015	30.347.278	330.614	244.394	4.051.821	34.974.107	2	2	26.817.834
Total em 2014	24.307.005	241.522	503.151	1.766.156	34.974.105	2	2	26.817.834

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No encerramento do exercício a Bradesco Leasing possuía R\$ 34.926.998 mil (31.12.2014 - R\$ 26.760.319 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	6.686.505	6.037.189
Títulos de renda fixa.....	3.024.867	1.833.610
Títulos de renda variável.....	-	24
Total	9.711.372	7.870.823

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	Carteira Banking (1)					
		Dezembro/2015			Dezembro/2014		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais...	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(87)	(34.059)	(64.996)	(158)	(49.676)	(95.452)
Cupom cambial.....	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1)	(70)	(139)	-	-	-
Moeda estrangeira.....	Exposições sujeitas à variação cambial	(132)	(3.311)	(6.621)	-	-	-
Renda variável.....	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(388)	(9.705)	(19.410)	-	-	-
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1)	(1)	(1)	-	-	-
Total sem correlação		(609)	(47.146)	(91.167)	(158)	(49.676)	(95.452)
Total com correlação		(384)	(34.116)	(65.238)	(158)	(49.676)	(95.452)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com outro passivo exigível. Os ativos certos e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional.....	2.378	4.874
Total de disponibilidades (caixa)	2.378	4.874
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	15.802.257	8.722.175
Total caixa e equivalentes de caixa	15.804.635	8.727.049

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2015	2014
Aplicações no mercado									
Posição bancada	4.523.109	1.425.833	3.231.686	14.380.755	2.881.733	43.767	26.486.883	31.578.957	
Debêntures.....	4.523.109	1.425.833	3.231.686	14.380.755	2.881.733	43.767	26.486.883	24.915.376	
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	4.508.229	
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	-	-	-	-	2.002.624	
Outros.....	-	-	-	-	-	-	-	152.728	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.813.679	-	-	-	19.971.549	914	29.786.142	23.644.650	
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	9.813.679	-	-	-	19.971.549	914	29.786.142	23.644.650	
Total em 2015	14.336.788	1.425.833	3.231.686	14.380.755	22.853.282	44.681	56.273.025	55.223.607	
Total em 2014	14.719.999	3.212.836	2.212.932	14.628.489	20.448.545	806	55.223.607		

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em	
	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	3.497.715	2.894.763
3.497.715	2.894.763	
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.188.790	3.142.426
Total (Nota 6c).....	6.686.505	6.037.189

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	3.497.715	2.894.763
3.497.715	2.894.763	
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.188.790	3.142.426
Total (Nota 6c).....	6.686.505	6.037.189

b) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Curso anormal						Total em		Total geral em	
	Parcelas vencidas						2015 (C)	2014 (C)	2015 (A+B+C)	2014 (A+B+C)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Operações de arrendamento mercantil.....	11.147	10.926	9.901	26.771	42.787	81.691	183.223	249.356	2.969.570	4.145.322
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.377
Total em 2015.....	11.147	10.926	9.901	26.771	42.787	81.691	183.223	249.356	2.969.570	4.145.322
Total em 2014.....	14.970	15.419	13.285	37.274	59.934	108.474				4.146.699

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Maior devedor.....	55.040	1,9	66.307	1,6
Dez maiores devedores.....	326.548	11,0	312.588	7,5
Vinte maiores devedores.....	499.496	16,8	477.743	11,5
Cinquenta maiores devedores.....	835.983	28,2	829.051	20,0
Cem maiores devedores.....	1.144.804	38,6	1.199.732	28,9

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Setor privado.....	2.969.570	100,0	4.146.699	100,0
Indústria.....	595.508	20,2	804.606	19,4
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica.....	109.940	3,7	154.468	3,7
Alimentícia e bebidas.....	104.961	3,7	119.388	2,9
Artigos de borracha e plásticos.....	55.130	1,9	73.669	1,8
Extração de minerais metálicos e não metálicos.....	34.087	1,1	56.381	1,4
Química.....	48.917	1,6	63.722	1,5
Materiais não metálicos.....	35.378	1,2	52.125	1,3
Edição, impressão e reprodução.....	39.745	1,3	51.821	1,2
Móveis e produtos de madeira.....	43.461	1,5	59.483	1,4
Autopeças e acessórios.....	22.481	0,8	38.817	0,9
Têxtil e confecções.....	20.435	0,7	33.144	0,8
Eletroeletrônica.....	18.728	0,6	25.768	0,6
Refino de petróleo e produção de álcool.....	11.962	0,4	15.828	0,4
Papel e celulose.....	23.212	0,8	16.418	0,4
Veículos leves e pesados.....	9.066	0,3	13.970	0,3
Artefatos de couro.....	11.493	0,4	14.539	0,4
Demais indústrias.....	6.912	0,2	15.065	0,4

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida						
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica		Total		%		
		Vencidas	Vencidas	Genérica	2015	2014	%	2014	%			
AA.....	-	68.367	-	68.367	2,3	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	452.213	-	452.213	15,2	-	-	2.261	2.261	1,2	2.291	1,0
B.....	1,0	2.161.659	6.467	2.168.126	73,0	4	61	21.617	21.682	12,1	32.095	13,7
C.....	3,0	2.877	50.657	53.534	1,8	147	1.372	86	1.605	0,9	1.853	0,8
Subtotal.....	2.685.116	57.124	2.742.240	92,3	151	1.433	23.964	25.548	14,2	36.239	15,5	
D.....	10,0	9.204	32.167	41.371	1,4	428	2.789	920	4.137	2,3	6.956	3,0
E.....	30,0	11.065	15.490	26.555	0,9	807	3.840	3.320	7.967	4,4	9.650	4,1
F.....	50,0	12.451	14.922	27.373	1,0	1.781	5.680	6.226	13.687	7,6	32.366	13,8
G.....	70,0	1.250	11.540	12.790	0,4	2.190	5.887	8.952	5,0	14.988	6,4	
H.....	100,0	14.271	104.970	119.241	4,0	34.024	70.946	14.272	119.242	66,5	133.633	57,2
Subtotal.....	48.241	179.089	227.330	7,7	39.280	83.142	25.613	153.985	85,8	197.593	84,5	
Total em 2015.....	2.733.357	236.213	2.969.570	100,0	100,0	21,9	50,5	27,6	100,0			
Total em 2014.....	3.831.827	314.872	4.146.699	100,0	46,520	115,537	71,775			233,832	100,0	
%		92,4	7,6	100,0		19,9	49,4	30,7				

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Saldo inicial.....	233.832	386.358
Constituição/(Reversão) de provisão.....	(37.549)	(132.364)
Baixas para prejuízo.....	(16.750)	(20.162)
Saldo final (Nota 7).....	179.533	233.832
- Provisão específica (1).....	129.956	162.057
- Provisão genérica (2).....	49.577	71.775
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3).....	82.692	95.357
Renegociação de créditos no exercício.....	64.035	50.459

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
 (3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Receitas de arrendamento mercantil.....	2.291.192	2.904.445
Despesas de arrendamento mercantil.....	(1.859.416)	(2.372.727)
Total.....	431.776	531.718

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (2)		Lucro líquido		Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2015	2014	2015	2014	Ações	Cotas	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Serel Participações em Imóveis S.A. (3).....	320.000	1.844.875	257	-	1.7807	152.865	32.323	14.009	2.722	897			
Aquarius Holdings Ltda.....	40.000	78.085	-	7.799	19.500	6.304	15.227	29.627	1.229	2.260				
Total.....	43.550	43.636	3.951	3.157										

- (1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável;
 (2) Investimentos com participações inferiores a 20% entretanto foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial por serem as investidas integralmente controladas pela Organização Bradesco; e
 (3) Investimento inclui desajuste de R\$ 528 mil (31.12.2014 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais.....	3	3
Outros.....	402	402
Subtotal.....	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
Total.....	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Custo líquido de depreciação				
	Taxa	Custo	Depreciação	2015	2014
Imóveis de uso:					
- Terrenos.....	-	2.713	-	2.713	2.713
- Edificações.....	4%	22.343	(22.094)	249	1.110
Outras imobilizações de uso.....	20%	155	(155)	-	-
Total em 2015.....	25,211	(22,249)	2,962		
Total em 2014.....	25,211	(21,388)	3,823		

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Valor contábil				
	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	2015	2014
Fevereiro/2005 (1).....	4.000.000	2025	100% CDI	13.159.222	11.833.754
Fevereiro/2005 (2).....	4.050.000	2025	100% CDI	13.159.259	11.976.189
Fevereiro/2005 (3).....	8.775.000	2025	100% CDI	28.367.611	25.857.089
Janeiro/2008 (4).....	6.750.000	2028	100% CDI	14.827.334	13.222.998
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2016	100% CDI	6.733.180	6.541.627
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2021	100% CDI	6.926.317	6.458.660
Outubro/2012 (6).....	10.000.000	2032	100% CDI	7.869.511	6.950.090
Total.....	43.075.000			91.042.434	82.840.407

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- (1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 768.867 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 257.900 mil.
 (2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 1.268.758 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 425.577 mil.
 (3) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Comércio.....	474.590	15,9
Produtos em lojas especializadas.....	80.521	2,8
Varejistas não especializados.....	91.724	3,1
Produtos alimentícios, bebidas e fumo.....	69.316	2,3
Resíduos e sucatas.....	32.683	1,1
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores.....	21.916	0,7
Artigos de uso pessoal e doméstico.....	24.287	0,8
Combustíveis.....	18.474	0,6
Vestuário e calçados.....	12.811	0,4
Atacadista de mercadorias em geral.....	37.715	1,3
Veículos automotores.....	20.741	0,7
Intermediário do comércio.....	6.968	0,2
Produtos agropecuários.....	6.518	0,2
Demais comércios.....	50.916	1,7
Intermediários financeiros.....	395	-
Serviços.....	1.627.830	54,8
Transportes e armazenagens.....	460.480	15,5
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas.....	317.953	10,7
Construção civil.....	255.706	8,7
Atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial.....	145.074	4,9
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas.....	78.391	2,6
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social.....	72.454	2,4
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água.....	57.296	1,9
Telecomunicações.....	25.344	0,9
Alojamento e alimentação.....	19.027	0,6
Demais serviços.....	196.105	6,6
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	89.701	3,0
Pessoa física.....	181.146	6,1
Total.....	2.969.570	100,0

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida						
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica		Total		%		
		Vencidas	Vencidas	Genérica	2015	2014	%	2014	%			
AA.....	-	68.367	-	68.367	2,3	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	452.213	-	452.213	15,2	-	-	2.261	2.261	1,2	2.	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 21.471 mil (2014 - R\$ 114.674 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI. No exercício houve redução de R\$ 97.466 mil referente ao trânsito em julgado favorável em dois processos de CPMF.

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 107.610 mil (2014 - R\$ 135.604 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativa aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25	72.969	274.952
Atualização monetária	1	8.692	21.086
Constituições líquidas de reversões	(26)	5.985	(121.848)
Pagamentos	-	(12.385)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 14)	-	75.261	174.190

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

As provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISON de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.174.498 mil (2014 - R\$ 1.150.717 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	
Provisões fiscais (Nota 13b) (1)	174.190	274.952	
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	570.160	645.649	
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	152	
Impostos e contribuições a recolher	1.679	2.036	
Total	746.029	922.789	

(1) Em 2015, inclui reversão da provisão de CPMF, referente ao trânsito em julgado favorável dos processos: PA-16327.001214/2004-92 no valor de R\$ 31.876 e PA- 16327.001254/2004-34 no valor de R\$ 65.590 mil (Nota 18).

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	2.582.987	2.912.667	
Provisões cíveis (Nota 13b)	75.261	72.969	
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.748	1.608	
Provisões trabalhistas (Nota 13b)	-	25	
Outras (1)	62.675	14.077	
Total	2.722.671	3.001.346	

(1) Em 2015, foi efetuada provisão para pagamento de imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA no valor de R\$ 97.466 mil referente a débitos não honrados pelos arrendatários, sendo que R\$ 47.171 mil já foram pagos neste exercício.

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2014 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	
Reservas de lucros	807.832	693.225	
- Reserva legal (1)	244.080	229.514	
- Reservas estatutárias (2)	563.752	463.711	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As acionistas estão asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil		
	2015	2014	
Lucro líquido	291.307	399.557	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(14.566)	(19.978)	
Base de cálculo	276.741	379.579	
Dividendos propostos (1)	-	-	
Juros sobre o capital próprio (2) (Nota 21a)	176.700	177.000	
Imposto de renda retido na fonte	(26.505)	(26.550)	
Valor líquido a pagar	150.195	150.450	
Percentual em relação à base de cálculo	54,3%	39,6%	
Valor em Reais por ação	6.412,56	6.423,45	

(1) Em 31.12.2015 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 25%; e

(2) A Reunião da Diretoria de 27 de fevereiro de 2015 e de 15 de dezembro de 2015 aprovou juros sobre o capital próprio provisionados no montante de R\$ 26.700 mil pagos em 4 de março de 2015 e R\$ 150.000 mil pagos em 30 de dezembro 2015.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	
Serviços técnicos especializados	21.754	9.988	
Jurídicas processuais	16.503	18.732	
Serviços do sistema financeiro	5.573	3.112	
Processamento de dados	4.001	4.444	
Contribuições filantrópicas	2.478	3.142	
Aprensão de bens	1.832	3.755	
Propaganda, promoções e publicidade	1.347	1.594	
Depreciações e amortizações	861	894	
Serviços de terceiros	161	322	
Emolumentos judiciais e cartorários	88	275	
Outras	3.161	572	
Total	57.759	46.830	

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	
Contribuição à COFINS	15.856	20.667	
IPVA de bens arrendados	11.584	8.636	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISON	7.642	5.938	
Contribuição ao PIS	2.577	3.359	
Outras	2.720	104	
Total	40.379	38.704	

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	
Reversões de provisões (1)	109.791	1.160	
Outras receitas financeiras	68.190	51.674	
Cadastro	4.922	8.148	
Outras (2)	7.287	960	
Total	190.190	61.942	

(1) Em 2015, inclui reversão da provisão de CPMF, referente aos processos: PA-16327.001214/2004-92 no valor de R\$ 31.876 mil e PA-16327.001254/2004-34 no valor de R\$ 65.590 mil (Nota 14a); e

(2) Em 2015, inclui levantamento precatório relativo a processo de fiscoal de R\$ 6.759 mil.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2015	2014	
Provisão para Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	97.466	-	
Outras despesas financeiras (1)	49.816	16.546	
Descontos concedidos	18.014	23.012	
Provisões cíveis	17.271	14.016	
Doações	3.862	14.456	
Juros e multas	-	7.725	
Outras	12.777	33	
Total	199.206	75.788	

(1) Em 2015, inclui reversão de atualização sobre crédito de imposto de renda, no montante de R\$ 28.519 mil.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(36.382)	(36.455)
Rejuízo na alienação de outros valores e bens	(7.604)	(6.593)
Aluguéis (Nota 21a)	2.300	1.952
Total	(41.886)	(41.096)

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (Nota 4):				
Banco Bradesco S.A.	2.378	4.874	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5):				
Banco Bradesco S.A.	26.142.368	19.609.850	2.677.509	2.834.553
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	3.643.774	4.034.800	511.281	307.873
Aplicações no mercado aberto (Nota 5):				
Banco Bradesco S.A.	26.486.883	31.578.957	3.497.715	2.894.763
Dividendos/Juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A. (Pagar) (Nota 15c)	-	(25.500)	-	-
Outras Coligadas (Receber)	38	30	-	-
Aberturas (Nota 11):				
Banco Bradesco S.A.	(91.042.434)	(82.840.407)	(9.787.329)	(7.937.993)
Aluguel (Nota 20):				
Banco Bradesco S.A.	-	-	2.300	1.952

b) Abertura por vencimento e taxa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Valor contábil			
	Taxa	2015	2014	
		Vencimento		
(i) Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a):				
2015	CDI 100%	-	23.643.844	
2016	CDI 100%	29.785.228	-	
2025	CDI 100,5%	914	806	
Total		29.786.142	23.644.650	
(ii) Aplicações no mercado aberto (Nota 5a):				
2015	SELIC 100%	-	6.510.853	
2016	CDI 100%	-	25.068.104	
2017	CDI 100%	26.443.116	-	
2017	CDI 100%	43.767	-	
Total		26.486.883	31.578.957	

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência desenhado pelos Fundários e Administradores da Organização Bradesco.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	327.758	548.912
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(147.491)	(219.565)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas	1.778	1.263
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(2.731)	(8.426)
Crédito tributário líquido passivo diferido (2)	10.868	-
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	79.515	70.800
Outros valores (3)	21.610	6.573
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.451)	(149.355)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15;

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(40.147)	(106.703)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias	(12.024)	(42.652)
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias	15.720	-
Total dos impostos diferidos	3.696	(42.652)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.451)	(149.355)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2014	Constituição (1)	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	136.482	8.851	15.020
Pro			



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

DIRETORIA

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

Aurélio Conrado Boni

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretoria

Diretores Vice-Presidentes

Domingos Figueiredo de Abreu

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha

Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos Angelotti

Marcelo da Silva Rego
Contador – CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e ao Acionista da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de janeiro de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL..... 6
COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SAO PAULO 2

Diário Oficial

acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.



Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 29
São Paulo, quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronáutico e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 291,3 milhões, correspondendo a R\$ 12.437,32 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3,1 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 9,56% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 27 de fevereiro e 15 de dezembro de 2015 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 26,7 milhões, pagos em 4 de março de 2015 e R\$ 150,0 milhões pagos em 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de Ativos somava R\$ 97,7 bilhões, destacando-se R\$ 56,3 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 3,0 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente, o total de captações estava representado por R\$ 91,0 bilhões de Debêntures e R\$ 0,9 bilhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,6 bilhões. A Instituição possuía 448.996.214 debêntures de sua própria emissão em ressecução no valor de R\$ 8,9 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses desta.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil				
	2015	2014	2015	2014
ATIVO				
CIRCULANTE	91.361.903	82.221.713	7.574.669	1.128.300
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2.378	4.874	6.733.180	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	56.228.344	55.222.801	6.733.180	-
Aplicações no Mercado Aberto	26.448.116	31.573.237	38.876	65.688
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.785.228	23.649.844	38.876	65.688
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	34.974.107	26.817.834	802.613	1.062.612
Carteira Própria	34.926.998	26.760.319	-	25.500
Vinculados à Prestação de Garantias	47.109	57.105	23.150	116.863
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(12.459)	(71.431)	779.463	920.249
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Privado	1.414.377	1.870.326	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.316.211)	(1.798.520)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(113.625)	(143.237)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	127.303	207.951	84.309.254	82.840.407
Rendas a Receber	38	42	40.243	78.557
Diversos (Nota 8)	127.265	207.950	40.243	78.557
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	2.686.087	2.887.023
OUTROS VALORES E BENS	42.230	39.684	722.879	805.526
Outros Valores e Bens	104.532	96.032	1.943.208	2.081.097
Provisões para Desvalorizações	(62.302)	(56.348)	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	814.659	655.515	3.097.832	2.983.225
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	44.681	806	-	-
Aplicações no Mercado Aberto	43.767	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	914	806	2.290.000	2.290.000
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(68.713)	(90.381)	807.832	693.225
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Privado	1.444.822	2.158.112	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.444.627)	(2.157.939)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(13.829)	(143.237)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	838.272	744.479	-	-
Diversos (Nota 8)	838.272	744.479	-	-
OUTROS VALORES E BENS	419	611	-	-
Despesas Antecipadas	419	611	-	-
PERMANENTE	5.511.523	7.040.284	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 9)	54.365	50.451	-	-
Participações em Coligadas:				
- No País	47.550	43.636	-	-
Outros Investimentos	26.394	26.394	-	-
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.962	3.823	-	-
Imóveis de Uso	25.056	25.056	-	-
Outras Imobilizações de Uso	155	155	-	-
Depreciações Acumuladas	(22.249)	(21.388)	-	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7)	5.454.196	6.986.010	-	-
Bens Arrendados	8.351.674	10.546.184	-	-
Depreciações Acumuladas	(2.897.478)	(3.560.174)	-	-
TOTAL	97.688.085	89.917.512	97.688.085	89.917.512

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.448.430	12.085.256	10.870.625	10.870.625
Operações de Crédito (Nota 7g)	48.987	82.692	95.357	95.357
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.084.935	2.291.192	2.904.445	2.904.445
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	5.314.508	9.711.372	7.870.823	7.870.823
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.202.608)	(11.612.409)	(10.184.394)	(10.184.394)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	(5.346.542)	(9.787.329)	(7.937.953)	(7.937.953)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	(1.329)	(3.213)	(3.038)	(3.038)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	(879.366)	(1.859.416)	(2.372.727)	(2.372.727)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	24.629	37.549	132.364	132.364
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	245.822	472.847	686.231	686.231
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(36.879)	(103.809)	(36.879)	(103.809)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(32.163)	(67.759)	(46.830)	(46.830)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(17.022)	(40.379)	(38.704)	(38.704)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	2.129	3.951	3.157	3.157
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	149.627	190.190	61.942	61.942
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(138.447)	(159.206)	(75.788)	(75.788)
RESULTADO OPERACIONAL	209.944	369.644	590.004	590.004
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(22.914)	(41.886)	(41.886)	(41.886)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	187.029	327.758	548.112	548.112
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	19.365	(36.451)	(149.355)	(149.355)
LUCRO LÍQUIDO	206.394	291.307	399.557	399.557
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	8.811,97	12.437,32	17.059,05	17.059,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
				Próprias	Acumuladas	Totais
Saldos em 30.6.2015	2.290.000	233.760	517.678	-	-	3.041.438
Lucro Líquido	-	-	-	-	206.394	206.394
Destinações:- Reservas	-	10.320	46.074	-	(56.394)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Saldos em 31.12.2015	2.290.000	244.080	563.752	-	-	3.097.832
Saldos em 31.12.2013	2.290.000	209.536	2.064.132	9	-	4.563.677
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos Declarados	-	-	(1.803.000)	-	-	(1.803.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	399.557	399.557
Destinações:- Reservas	-	19.978	202.579	-	(222.557)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
Saldos em 31.12.2014	2.290.000	229.514	463.711	-	-	2.983.225
Lucro Líquido	-	-	-	-	291.307	291.307
Destinações:- Reservas	-	14.566	100.041	-	(114.607)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(176.700)	(176.700)
Saldos em 31.12.2015	2.290.000	244.080	563.752	-	-	3.097.832

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	187.029	327.758	548.912	548.912
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	718.062	1.664.182	2.219.593	2.219.593
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(247.639)	(37.549)	(132.364)	(132.364)
Depreciações e Amortizações	671.907	1.456.928	1.936.470	1.936.470
Provisões/Reversões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(98.626)	(86.113)	22.442	22.442
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.129)	3.951	(3.157)	(3.157)
Insuficiência de Depreciação	149.189	298.485	358.747	358.747
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	22.350	36.352	36.455	36.455
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	905.901	1.991.940	2.768.505	2.768.505
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(6.202.659)	6.030.664	(4.673.546)	(4.673.546)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros	(5.516.032)	(8.156.273)	(10.614.653)	(10.614.653)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(45.541)	9.253	(193.278)	(193.278)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(48.074)	(48.135)	(119.874)	(119.874)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(38.287)	(222.739)	(940.282)	(940.282)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(28.797)	(65.127)	(58.262)	(58.262)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(85.137)	(238.819)	(310.045)	(310.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(103.431)	(197.156)	(193.278)	(193.278)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(11.162.967)	(948.776)	(14.132.182)	(14.132.182)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	-	27	27
Dividendos Recebidos	-	30	21	21
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Investimentos	-	30	48	48
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	13.290.874	8.202.027	8.921.073	8.921.073
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(153.000)	(75.995)	(2.106.450)	(2.106.450)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades de Financiamentos	13.137.874	8.026.032	6.814.623	6.814.623
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.974.907	7.077.586	(7.317.511)	(7.317.511)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	13.829.728	8.727.049	16.044.560	16.044.560
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	15.804.635	15.804.635	8.727.049	8.727.049
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.974.907	7.077.586	(7.317.511)	(7.317.511)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e são calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

...continuação



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decréscimos de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Recursos de emissão de títulos e obrigações por passivos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMV e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com tratamento certo e pela confirmação da capacidade de de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	2015			2014		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação (3)	30.347.278	330.614	244.394	4.051.821	34.974.107	-
Letras financeiras do tesouro	220.591	325.767	231.588	3.902.462	4.680.428	4.680.428
Debêntures	-	4.947	-	149.339	154.186	154.186
Letras do tesouro nacional	18.933.706	-	12.806	-	18.946.512	18.946.512
Notas do tesouro nacional	11.192.981	-	-	-	11.192.981	11.192.981
Total em 2015	30.347.278	330.614	244.394	4.051.821	34.974.107	34.974.105
Total em 2014	24.307.005	241.522	503.151	1.766.186	-	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Bradesco Leasing possui R\$ 34.926.998 mil (31.12.2014 - R\$ 26.760.319 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco. (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	6.686.505	6.037.189
Títulos de renda fixa	3.024.867	1.833.610
Títulos de renda variável	-	24
Total	9.711.372	7.870.823

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referenciadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos hedges.

	Carteira Banking (1)					
	Dezembro/2015			Dezembro/2014		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	(87)	(34.059)	(64.996)	(158)	(49.676)	(95.452)
Moeda estrangeira	(1)	(70)	(139)	-	-	-
Renda variável	(132)	(3.311)	(6.621)	-	-	-
Soberanos/eurobonds e treasuries	(388)	(9.705)	(19.410)	-	-	-
Total sem correlação	(609)	(47.146)	(91.167)	(158)	(49.676)	(95.452)
Total com correlação	(384)	(34.116)	(65.238)	(158)	(49.676)	(95.452)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

	Curso anormal						Total em 2015 (C)	2014 (C)	2015 (A+B+C)	2014 (A+B+C)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros créditos (1)	11.147	10.926	9.901	26.771	42.787	81.691	183.223	249.356	1.377	
Total em 2015	11.147	10.926	9.901	26.771	42.787	81.691	183.223	2.969.570	4.146.699	
Total em 2014	14.970	15.419	13.285	37.274	59.934	108.474	-	-	-	

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Maior devedor	55.040	1,9	66.307	1,6
Dez maiores devedores	326.548	11,0	312.598	7,5
Vinte maiores devedores	499.496	16,9	477.743	11,5
Cinquenta maiores devedores	835.983	28,2	829.051	20,0
Cem maiores devedores	1.144.804	38,6	1.199.732	28,9

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Setor privado	2.969.570	100,0	4.146.699	100,0
Indústria	595.908	20,2	804.606	19,4
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	109.940	3,7	154.468	3,7
Alimentícia e bebidas	104.361	3,7	119.398	2,9
Artigos de borracha e plásticos	55.130	1,9	73.669	1,8
Extração de minerais metálicos e não metálicos	34.087	1,1	56.381	1,4
Química	48.917	1,6	63.722	1,5
Materiais não metálicos	35.378	1,2	52.125	1,3
Edição, impressão e reprodução	39.745	1,3	51.821	1,2
Móveis e produtos de madeira	43.461	1,5	59.483	1,4
Autopartes e acessórios	22.481	0,8	38.817	0,9
Têxtil e confecções	20.435	0,7	33.144	0,8
Eletrônica	18.728	0,6	25.768	0,6
Refino de petróleo e produção de álcool	11.962	0,4	15.828	0,4
Papel e celulose	23.212	0,8	16.418	0,4
Veículos leves e pesados	9.066	0,3	13.970	0,3
Artefatos de couro	11.493	0,4	14.539	0,4
Demais indústrias	6.912	0,2	15.065	0,4

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida			
		Curso normal		Curso anormal		Específica		Total	
		Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas	2015	2014
AA	-	68.367	-	68.367	2,3	-	-	-	-
A	0,5	452.213	-	452.213	15,2	-	-	2.261	2.291
B	1,0	2.161.659	6.467	2.168.126	73,0	4	61	21.682	32.095
C	3,0	2.877	50.657	53.534	1,8	147	1.372	86	1.853
Subtotal		2.685.116	57.124	2.742.240	92,3	151	1.433	23.964	25.548
D	10,0	9.204	32.167	41.371	1,4	428	2.789	920	4.137
E	30,0	11.065	15.490	26.555	0,9	807	3.840	3.320	7.967
F	50,0	12.451	14.922	27.373	1,0	1.781	5.680	6.226	7.6
G	70,0	1.250	11.540	12.790	0,4	2.190	5.987	875	8.952
H	100,0	14.271	104.970	119.241	4,0	34.022	70.946	14.272	119.242
Subtotal		48.241	179.089	227.330	7,7	39.230	89.142	25.613	153.985
Total em 2015		2.733.357	236.213	2.969.570	100,0	39.381	90.575	49.577	179.533
%		92,0	8,0	100,0		21,9	50,5	27,6	100,0
Total em 2014		3.831.827	314.872	4.146.699	100,0	46.520	115.537	71.775	233.832
%		92,4	7,6	100,0		19,9	30,7	49,4	100,0

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Saldo inicial	233.832	386.358
Constituição (Provisão) de provisão	(37.549)	(132.364)
Baixas por prejuízo	116.750	(20.162)
Saldo final (Nota 7)	179.533	233.832
- Provisão específica (1)	129.956	162.057
- Provisão genérica (2)	49.577	71.775
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	82.692	95.357
Renegociação de créditos no exercício	64.035	50.459

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e (3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	2.378	4.874
Total de disponibilidades (caixa)	2.378	4.874
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	15.802.257	8.722.175
Total caixa e equivalentes de caixa	15.804.635	8.727.049

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	4.523.109	1.425.833	3.231.686	14.380.755	2.881.733	43.767
Debêntures	4.523.109	1.425.833	3.231.686	14.380.755	2.881.733	43.767
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Aplicações em depósitos						
Interfinanceiras	9.813.679	-	-	-	19.971.549	914
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.813.679	-	-	-	19.971.549	914
Total em 2015	14.336.788	1.425.833	3.231.686	14.380.755	22.853.282	44.681
Total em 2014	14.719.999	3.212.836	2.212.932	14.628.489	20.448.545	806

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Rendas de aplicações em operações compromissadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Posição bancada	3.497.715	2.894.763
Subtotal	3.497.715	2.894.763
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.188.790	3.142.426
Total (Nota 6c)	6.686.505	6.037.189

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(4.852.601)	(5.845.460)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V).....	1.955.123	2.285.286
Total da depreciação acumulada (Nota 7b).....	(2.897.478)	(3.560.174)
Imobilizado de arrendamento.....	5.454.196	6.986.010

(1) A Bradesco Leasing apurou no exercício insuficiência de depreciação no montante de R\$ 330.163 mil (2014 - R\$ 380.555 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 31.678 mil (2014 - R\$ 20.808 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 298.485 mil (2014 - R\$ 359.747 mil) em resultado do período.

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (2)	Lucro líquido	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014
Sarell Participações em Imóveis S.A. (3).....	320.000	1.844.975	3	257	1.7907	32.323	14.009	2.722	2.722	897
Aquarius Holdings Ltda.....	40.000	78.085	-	7.799	19.500	6.304	29.627	1.229	2.280	2.280
Total.....						47.550	43.636	3.951	3.157	3.157

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável;
(2) Investimentos com participações inferiores a 20% entretanto foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial por serem as investidas integralmente controladas pela Organização Bradesco; e
(3) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (31.12.2014 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais.....	3	3
Outros.....	402	402
Subtotal.....	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
Total.....	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa	Custo	Depreciação	
			2015	2014
Imóveis de uso:				
- Terrenos.....		2.713	2.713	2.713
- Edificações.....	4%	22.343	(22.094)	2.49
Outras imobilizações de uso.....	20%	155	(155)	
Total em 2015.....		25.211	(22.249)	2.962
Total em 2014.....		25.211	(21.388)	3.823

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordnada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2015	2014
Fevereiro/2005 (1).....	4.000.000	2025	100% CDI	13.159.222	11.833.754
Fevereiro/2005 (2).....	4.050.000	2025	100% CDI	13.159.259	11.976.189
Fevereiro/2005 (3).....	8.775.000	2025	100% CDI	28.367.611	25.857.089
Janeiro/2008 (4).....	6.750.000	2028	100% CDI	14.827.334	13.222.998
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2016	100% CDI	6.733.180	6.541.627
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2021	100% CDI	6.926.317	6.458.660
Outubro/2012 (6).....	10.000.000	2032	100% CDI	7.869.511	6.950.090
Total.....	43.075.000			91.042.434	82.840.407

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 2 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 768.867 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 257.900 mil.
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 1.268.758 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 425.577 mil.
- Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 3.178.625 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.066.200 mil.
- Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 30.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 765.819 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 170.153 mil.
- Sob nº CVM/SRE/PRO/2011/006, em 20 de junho de 2011, foi arquivado na CVM o Quarto Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 8.642.389 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 673.835 mil da 1ª série e 6.165.269 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 480.697 mil da 2ª série.
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla R\$ 427.606.487 mil debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.878.917 mil.

b) Repactuação de debêntures

Não houve repactuação das debêntures nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

c) Despesas de debêntures

O montante das despesas de atualização das operações de debêntures no exercício somou R\$ 9.787.329 mil (2014 - R\$ 7.937.993 mil).

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
FINAME.....	4.317	4.132	3.887	10.453	16.087	40.243
Total em 2015.....	4.317	4.132	3.887	10.453	16.087	40.243
%.....	5,5	5,2	4,9	13,2	20,3	50,9
Total em 2014.....	6.886	12.340	11.164	29.298	20.568	144.245
%.....	4,8	8,6	17,9	20,3	14,2	100,0

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no exercício somou R\$ 3.213 mil (2014 - R\$ 6.038 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - PIS, que pleiteia a compensação do PIS sobre a Fielidade Operacional Bruta, recolhido nos termos do artigo 2º, inciso I, da Lei nº 2.449/88, naquilo que exceder ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 0770 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados por processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer do ou encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- CPMF - R\$ 21.471 mil (2014 - R\$ 114.674 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas ao artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI. No exercício houve redução de R\$ 97.466 mil referente ao trânsito em julgado favorável em dois processos de CPMF.
- IRPJ/CSSL sobre Perdas de Crédito - R\$ 107.610 mil (2014 - R\$ 135.604 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSSL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridos no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 1º e 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	25	72.969	274.952
Atualização monetária.....	1	8.692	21.086
Constituições líquidas de reversões.....	(26)	5.985	(121.848)
Pagamentos.....	-	1.748	1.698
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 14).....	-	75.261	174.190

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

As provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as condições jurisdiccionais e efetividade, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.174.498 mil (2014 - R\$ 1.150.717 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 13b) (1).....	174.190	274.952
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	570.160	645.649
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	152	152
Impostos e contribuições a receber.....	1.679	2.036
Total.....	746.029	922.789

(1) Em 2015, inclui reversão da provisão de CPMF, referente ao trânsito em julgado favorável dos processos: PA-16327.001214/2004-92 no valor de R\$ 31.876 e PA- 16327.001254/2004-34 no valor de R\$ 65.590 mil (Nota 18).

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b).....	2.582.987	2.912.667
Provisões cíveis (Nota 13b).....	75.261	72.969
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	1.748	1.698
Provisões trabalhistas (Nota 13b).....	25	25
Outras (1).....	62.675	14.077
Total.....	2.722.671	3.001.346

(1) Em 2015, foi efetuada provisão para pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA no valor de R\$ 97.466 mil referente a débitos não honorados pelos arrendatários, sendo que R\$ 17.471 mil já foram pagos neste exercício.

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2014 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros.....	807.832	693.225
Reserva legal (1).....	244.080	229.514
- Reservas estatutárias (2).....	563.752	463.711

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

b) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia.....	399.401	443.372
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	296.732	235.979
Créditos tributários (Notas 22c e 22d).....	254.643	250.947
Pagamentos a ressarcir.....	12.886	16.254
Devedores por compra de valores e bens.....	-	1.377
Outros.....	1.875	4.500
Total.....	965.537	952.429

Demostrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido.....	291.307	399.557
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(14.566)	(19.978)
Base de cálculo.....	276.741	379.579
Dividendos propostos (1).....	-	-
Juros sobre o capital próprio (2) (Nota 21a).....	176.700	177.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(26.503)	(26.550)
Valor líquido a pagar.....	150.195	150.450
Percentual em relação à base de cálculo.....	54,3%	39,6%
Valor em Reais por ação.....	6.412,56	6.423,45

(1) Em 31.12.2015 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 25%; e
(2) A Reunião da Diretoria de 27 de fevereiro de 2015 e de 15 de dezembro de 2015 aprovou juros sobre o capital próprio provisionados no montante de R\$ 26.700 mil pagos em 4 de março de 2015 e R\$ 150.000 mil pagos em 30 de dezembro 2015.



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 233.717 mil (2014 - R\$ 236.479 mil). Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 570.160 mil (2014 - R\$ 645.649 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 488.781 mil (2014 - R\$ 571.321 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 81.346 mil (2014 - R\$ 74.007 mil), ajuste à valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 33 mil (2014 - R\$ 82 mil), e reserva de reavaliação (2014 - R\$ 239 mil), respectivamente, inclui, em 2015, o montante de R\$ 4.852 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes, que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA

Conselho de Administração

Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Membros

Aurélio Conrado Boni
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
José Alcides Munhoz

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretoria

Domingos Figueiredo de Abreu
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Alexandre da Silva Glúher
José Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araujo Noronha

Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos Angelotti

Marcelo da Silva Rego

Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e ao Acionista da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31.V e 7b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de janeiro de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

Política

Executivo Em reunião com líderes aliados, presidente reitera pedido de apoio à recriação da CPMF

PEC da Previdência deve ser enviada em 60 dias, diz Dilma

Raphael Di Cunto, Andrea Jubé, Lucas Marchesini e Thiago Resende

De Brasília

A presidente Dilma Rousseff afirmou que enviará a proposta de reforma da Previdência Social ao Congresso Nacional no prazo de 60 dias. A reforma previdenciária tem sido tratada no Palácio do Planalto como item relevante da agenda de crescimento e também como o legado que Dilma pretende deixar do seu segundo mandato. A presidente voltou a pedir ontem apoio dos líderes da base aliada na Câmara dos Deputados à emenda constitucional de recriação da CPMF.

Na reunião com os líderes, Dilma reconheceu pela primeira vez que demorou a se dar conta da gravidade da crise econômica. "Qual foi o erro do meu primeiro mandato? Eu me pergunto isso sempre", admitiu a presidente, segundo relatos de líderes presentes à reunião ao Valor.

Conforme relatos dos líderes, Dilma descreveu as ações de seu governo para combater a desaceleração da economia. "Fizemos o

PIL [programa de investimentos em logística], programas de estímulo ao investimento, desonerações. Talvez o erro tenha sido não perceber com a antecedência devida a gravidade da crise para reduzir os estímulos fiscais a tempo de reduzir o impacto fiscal", proseguiu a presidente.

Segundo os líderes, além de priorizar a CPMF, Dilma também se comprometeu a trabalhar pela extensão da Desvinculação das Receitas da União (DRU) — instrumento que permite ao governo federal remanejar parte de seu Orçamento livremente —, aos Estados e municípios.

O Valor também apurou que o governo cogita reunir em uma única proposta de emenda constitucional (PEC) a recriação da CPMF e a prorrogação da DRU. Ambas as PECs estão congeladas, aguardando andamento, em comissões da Câmara. Se o governo não aprovar ambas até maio, reduzem as chances de votação porque o Congresso ficará esvaaziado a partir de junho por causa da campanha eleitoral.

Segundo Dilma, o governo sabe das dificuldades em aprovar a

CPMF e a reforma da Previdência, mas vai investir nesta agenda por entender que é a única saída para recuperar o equilíbrio fiscal e a estabilidade econômica.

Esta foi a "melhor reunião" da presidente com líderes da base na Câmara, conforme a descrição ao Valor de duas lideranças que já participaram de uma dezena de encontros com Dilma. Para esses líderes, pela primeira vez a presidente fez um relato "realista" das dificuldades de seu governo.

Aos líderes, Dilma afirmou que retomar o crescimento econômico é o "objetivo, a meta, a missão" e citou uma frase que tem repetido frequentemente nos últimos dias em seus discursos, atribuída a um auxiliar do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 2009. "A crise é algo tão doloroso que não pode ser desperdiçado", afirmou.

O líder do PR, Maurício Quintella Lessa (AL), ponderou que aprovar a recriação da CPMF ainda é considerada uma tarefa complicada, e citou outros partidos aliados, como PDT e PSD, que têm a mesma avaliação que o PR.

Ainda conforme relatos, Dil-



Dilma Rousseff a líderes aliados: "Qual foi o erro do meu primeiro mandato? Eu me pergunto isso sempre"

ma considerou legítima a proposta de uma liderança para que a CPMF seja reajustada conforme o PIB (Produto Interno Bruto). Assim, quando a economia voltar a crescer, o percentual do imposto sobre a movimentação financeira seria reduzido.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), observou que apesar das críticas ao aumento de impostos, ninguém apresentou até agora alternativa melhor para a recuperação fiscal do que a recriação da CPMF.

Assim que for aceita, deve "deixar tudo mais fácil", disse Guima-

res ao final da reunião com Dilma. Ele confirmou que a presidente fará reuniões semanais com as bancadas aliadas ao governo para afinar o diálogo com o Legislativo.

Guimarães evitou comentar o processo de impeachment de Dilma, que está suspenso até definição do rito processual pelo Supremo Tribunal Federal. A eleição do novo líder do PMDB, nesta quarta-feira, impacta no processo, porque o novo líder escolherá os integrantes da comissão especial. "O impeachment não foi abordado na reunião porque é um tema derivado", esquivou-se.

O petista citou como prioridades do governo a recriação da CPMF, a reforma previdenciária e a aprovação de 12 medidas provisórias que aguardam votação no Congresso. Ele acrescentou que os projetos relativos ao equilíbrio fiscal, de interesse do governo, precisam ser aprovados rapidamente, no máximo até maio, por causa das eleições municipais. "A palavra de ordem é rapidez no diálogo. Temos que fazer tudo até maio", disse, porque as eleições municipais, que acontecerão em outubro, devem paralisar as atividades legislativas a partir de junho.

PF investiga se PT recebeu dinheiro da GDK Angola

André Guilherme Vieira

De São Paulo

A Operação Lava-Jato investiga se o PT recebeu propina da empreiteira GDK a partir de uma subsidiária em Angola, em 2009. Somente um dos contratos da empreiteira com a Petrobras envolveu R\$ 115 milhões em março de 2013, segundo documentos apreendidos pela Polícia Federal (PF). O PT nega envolvimento em ilícitos. O partido diz que todas as doações que recebeu "foram realizadas estritamente dentro dos parâmetros legais e foram posteriormente de-

claradas à Justiça Eleitoral".

Em recuperação judicial, a GDK é uma das empresas que teriam pago propinas a políticos por meio do esquema de offshores coordenado pelo agora delator e ex-gerente de Engenharia da Petrobras Pedro Barusco Filho, apontado como o braço direito de Renato Duque na diretoria de Serviços da estatal. Já condenado a 20 anos e oito meses em primeira instância, Duque seria cota política do PT na petrolífera, de acordo com as investigações.

Em depoimento prestado à PF em 2 de fevereiro, o dono da GDK,

Cesar Roberto Santos Oliveira, confirmou ter pago US\$200 mil na conta Korat Ivesten, por meio da empresa Melk Comércio e Serviços Internacionais Ltda. A Korat é uma das contas atribuídas a Duque e indicadas pelo também delator Julio Camargo como destinatárias de 59 depósitos feitos entre dezembro de 2006 e abril de 2012, totalizando US\$10,4 milhões e €1,4 milhão.

Indagado pela PF sobre as movimentações bancárias registradas na conta da Melk, "afirma que a Melk era basicamente utilizada para recebimento de dividendos da GDK Angola, os quais

eram legalmente internalizados para o Brasil", respondeu.

Cesar Oliveira relatou à PF que em 2010, o então tesoureiro do PT João Vaccari Neto o convidou para dois encontros nos hotéis Windsor e Copacabana Palace, no Rio. O empresário afirmou que "nas duas ocasiões Vaccari estava sozinho (assim como o declarante) e que lhe solicitou doações oficiais para o Partido dos Trabalhadores". Oliveira alegou ter dito não aos supostos pedidos de suborno e que "nunca pagou nenhuma doação ao PT, nem oficial ou não oficial". Vaccari foi

condenado em primeiro grau a 15 anos e 4 meses de reclusão por corrupção e lavagem de dinheiro. O juiz titular da Lava-Jato, Sérgio Moro, mencionou a condenação de Vaccari ao informar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a existência de comprovação de que dinheiro oriundo de propina na Petrobras foi dissimulado em doação eleitoral oficial e registrada na Justiça Eleitoral.

Oliveira declarou também que fez o pagamento porque "tinha receio das consequências que adviriam do não pagamento", e que "acreditava que se tratava de

uma 'doação' ao partido".

O empresário justificou que "achava que não pagaria Barusco (ou o partido, o qual Barusco afirmava seria o destinatário dos valores) poderia lhe piorar a situação na Petrobras ou criar empecilhos".

Segundo Oliveira, a conta Korat foi indicada por Barusco. Ele disse que "considerava a Melk a sua conta no exterior; que a Melk era sócia da GDK Angola e que sua atividade era apenas a participação na GDK Angola.

A reportagem não conseguiu fazer contato com Rafael Bruno de Sá, advogado de Cesar Oliveira.